

CONTRA A INTEGRAÇÃO NO ENSINO POLITECNICO

ESTUDANTES DOS INSTITUTOS DE ENGENHARIA EM GREVE POR TEMPO INDETERMINADO

Francisco Dionísio (texto) e Miranda Castela (fotos)

Os estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa encontram-se em greve por tempo indeterminado. Motivo: não aceitam a passagem da escola para o ensino politécnico. Os estudantes dos institutos de Engenharia de Coimbra e do Porto — agora em exames — deverão realizar, nos próximos dias, uma assembleia geral para definir a posição a tomar perante a decisão do Ministério da Educação da Cultura, que não lhes reconhece o direito à licenciatura.

Os estudantes entram em greve na sequência de uma portaria (173/85) do Ministério da Educação e Cultura que altera as condições de acesso aos Institutos Superiores de Engenharia (Lisboa, Coimbra e Porto). Essa alteração tem como consequência imediata a integração dos institutos no ensino politécnico. Elísio Pinto, presidente da associação de estudantes e porta-voz das associações de estudantes dos três institutos, explica: «Há quem pense que nós estamos em luta por causa da licenciatura. Não é bem isso. O que nós não queremos é a integração dos institutos no politécnico porque isso iria provocar a degradação do ensino aqui ministrado.» Os estudantes formados nestas escolas superiores têm, na sua grande maioria (90 por cento), garantida a integração no mercado do trabalho e «sem daqui preparados para trabalhar. O nível do ensino proporcionado aos alunos deste instituto nunca foi posto em causa» — diz Elísio Pinto.

O direito à licenciatura

Uma comissão nomeada pelo Governo da coligação entre socialistas e socialistas-democratas (bloco central) — e, segundo Elísio Pinto, ratificada pelo Executivo chefiado por Cavaco Silva — «fez um estudo sobre os institutos de engenharia e concluiu que os mesmos têm o direito de atribuir o grau de licenciatura, a seguir ao bacharelato». Esse direito está, de resto, reconhecido no Decreto-Lei 830/74. Considera-se que os institutos têm nível universitário e o regime de acesso é igual àquele que os estudantes têm de cumprir para ingressar na Universidade.

O Ministério da Educação promulgou, no entanto, uma portaria (173/85) que altera as condições de acesso aos Institutos Superiores de Engenharia e cujos efeitos práticos se traduzem pela integração daqueles estabelecimentos do ensino superior no ensino politécnico. Diz Elísio Pinto: «Numa reunião (em 28/10/85) com o representante da Associação de



Apesar da greve — comparece a 100 por cento —, os estudantes vão todos os dias ao Instituto

Estudantes do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e com o presidente da Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos, o ministro da Educação reconheceu que o perfil do ensino de Engenharia ministrado nos institutos era o melhor para acabar com o elitismo. A palavra é dada. Depois de criar esta expectativa, fez sair uma portaria que nos coloca ao nível do politécnico».

O presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Engenharia

de Lisboa afirma que «o Ministério da Educação não conseguiu apresentar nenhuma justificação para passar os institutos para o ensino politécnico». Faz questão de notar que «há muitos de pressão como, por exemplo, a Ordem dos Engenheiros, os Sindicatos dos Engenheiros e técnicos do próprio Ministério da Educação, que querem meter os institutos (as escolas mais antigas de Engenharia) no grupo que é o ensino politécnico». Ainda, ainda, que a Ordem e os Sindicatos dos Engenheiros const-

deram que o Decreto-Lei 830/74 «é um produto dos excessos do 25 de Abril. Não é verdade. Resulta da reforma empreendida por Veloso Simão».

O Ministério da Educação e Cultura prometeu fazer uma adesão à Portaria 173/85. Porém, a «segundo as informações que temos, a adesão não vem altering nada».

Greve ao tribunal

Os representantes dos estudantes acusam o ministro da Educação de «não querer dialogar» e manifestam a sua disposição de continuar a lutar para que a lei seja aplicada.

Subscrita pelas associações de estudantes dos três institutos, pelas Sindicatos dos Engenheiros Técnicos e pela Associação Profissional dos Engenheiros Técnicos, foi apresentada ao Supremo Tribunal Administrativo uma queixa «por falta de cumprimento da Lei 830/74».

Para exigir ao Ministério da Educação o cumprimento da lei que reconhece aos institutos o direito à licenciatura e com nível universitário, os estudantes aprovaram, no princípio do mês, uma greve por tempo indeterminado — que «estamos dispostos a levar até às últi-

mas consequências» — e a realização de uma manifestação, na próxima semana, em frente ao Ministério da Educação. (Recorda-se que, no passado dia 5, fizeram uma manifestação, mas «o ministro recusou-se a receber-nos».)

Os estudantes do Porto e Coimbra «vão a estudar que a educação portuguesa precisa. Se a adesão não determinar que o acesso aos institutos tem de ser igual ao que os estudantes ministrados em ingresso na Universidade são obrigados a seguir, os alunos do Porto e Coimbra entrarão em greve».

Entretanto, está prevista a realização — ainda este mês — de um encontro nacional de estudantes e engenheiros técnicos no Colégio dos Nobres.

Com o objetivo de encontrar uma solução que permita o reconhecimento das suas, os representantes dos estudantes têm contactado responsáveis nos órgãos de soberania. Há 16 dias se- manas que estão à espera da resposta e um pedido de audiência dirigido ao Presidente da República.

Os três institutos têm, aproximadamente, sete mil alunos (o de Lisboa tem 3700).

Conflitos - estudantes